

icatu

SEGUROS

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ

Tel: (21) 3824-3900

Segue demonstração da abertura da carteira:

		31/12/2019			
		Acima	Valor	Percentual	
	Taxas	Até 12	de 60 contábil /	das	
	contratadas	meses	meses	mercado	aplicações
Nível I					
I.Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:					
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	28.866	15.984	44.850	100,00%
Total das Aplicações Financeiras		28.866	15.984	44.850	100,00%
		31/12/2018			
		De 13	Valor	Percentual	
	Taxas	Até 12	a 60 contábil /	das	
	contratadas	meses	meses	mercado	aplicações
Nível I					
I.Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:					
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	99	48.264	48.363	100,00%
Total das Aplicações Financeiras		99	48.264	48.363	100,00%

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Nível I			
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	9.227	38.439	47.666
(+) Aplicações	241.641	65.128	306.769
(-) Resgates	(204.225)	(105.924)	(310.149)
(+) Rendimentos	1.720	1.288	3.008
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.069	1.069
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	48.363	-	48.363
(-) Resgates	(6.257)	-	(6.257)
(+) Rendimentos	2.744	-	2.744
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	44.850	-	44.850

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: Os Créditos tributários e previdenciários são compostos em 2019 por tributos a recuperar de R\$ 524 (R\$ 820 em 2018).

7. OBRIGAÇÕES A PAGAR: O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores a pagar	26	7
Dividendos a pagar	-	785
Outras Obrigações (a)	19.615	100
Total	19.641	892

(a) Em 25/09/2019 foi deliberado em AGE a redução do Capital Social no valor de R\$ 19.487 e aprovada pela Susep em 29/11/2019. Em função da redução, houve um impacto na rubrica de Outras Obrigações.

8. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO: As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2018				Consti- tuições				Amortizações/Prescrições				Atualização Monetária				Saldos em 31/12/2019			
Provisão Matemática para Capitalização	371	-	(375)	4	-															
Provisão para Resgate	3.714	377	(1.347)	-	2.744															
Provisão para Resgates	4.085	377	(1.722)	4	2.744															
Provisão de Sorteios a Pagar	10.407	19	(105)	-	10.321															
Provisão para Sorteios	10.407	19	(105)	-	10.321															
Total	14.492	396	(1.827)	4	13.065															
	Saldos em 31/12/2017				Consti- tuições				Amortizações/Prescrições				Atualização Monetária				Saldos em 31/12/2018			
Provisão Matemática para Capitalização	5.562	21.202	(26.503)	110	371															
Provisão para Resgate	8.714	19.644	(24.654)	10	3.714															
Provisão para Resgates	14.276	40.846	(51.157)	120	4.085															
Provisão para Sorteios a Realizar	421	8.156	(8.577)	-	-															
Provisão de Sorteios a Pagar	12.555	5.792	(7.955)	15	10.407															
Provisão para Sorteios	12.976	13.948	(16.532)	15	10.407															
Total	27.252	54.794	(67.689)	135	14.492															

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões Técnicas - Capitalização:	13.065	14.492
Total a ser coberto	13.065	14.492
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Letras Financeiras do Tesouro	44.850	48.363
Total dos Ativos Vinculados	44.850	48.363
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	31.785	33.871

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital subscrito e integralizado em 31/12/2019 e 31/12/2018 é de R\$ 31.487 representado por 31.487.468 ações ordinárias. Em 25 de setembro de 2019, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a redução do Capital Social de R\$ 31.487 para R\$ 12.000, mediante a restituição à única acionista Icatu Seguros S/A, do valor de R\$ 19.487. b) Reservas de Lucros: Em 31/12/2019, as Reservas de Lucros de R\$ 776 (R\$ 2.521 em 31/12/2018) são compostas por:

- Reserva Legal de R\$ 223 (R\$ 165 em 31/12/2018) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.
- Reserva Estatutária de R\$ 553 (R\$ 2.356 em 31/12/2018) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio: O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2019, a Companhia distribuiu seus resultados antecipadamente através dos dividendos intermediários no valor de R\$ 2.915 (R\$ 785 em 31/12/2018), atendendo o limite estabelecido por lei. d) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital: A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustes contábeis	12.776	34.008
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	12.776	34.008
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	129	217
Capital de Risco de Subscrição	-	228
Capital de Risco - Mercado	732	158
Capital de Risco - Redução por correlação	(87)	(146)
Capital de Risco - Operacional	44	239
Capital de Risco (CR) (b)	818	696
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Patrimônio líquido ajustado	12.776	34.008
(-) Exigência de capital - EC	(10.800)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	1.976	23.208
Suficiência de capital (% da EC)	118%	315%

11. PARTES RELACIONADAS

	Passivo		Despesas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Icatu Seguros S.A.(a)	(19.487)	(785)	-	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.(b)	(8)	-	(95)	-
Total	(19.495)	(785)	(95)	-

(a) Valor referente a diminuição do valor do Capital Social deliberado em AGE 25/09/2019.

(b) Valor referente a prestação de serviço na gestão de fundos.

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2019	31/12/2018
a) Despesas Administrativas	-	(2.784)
Pessoal Próprio	-	(2.784)
Reversão (Provisão) para Contingências	-	-
Trabalhistas	-	(863)
Serviços de Terceiros	(189)	(817)
Localização e Funcionamento	(2)	(32)
Publicações	(156)	(87)
Participações nos Resultados	-	(31)
Outras Despesas Administrativas	(22)	1.333
	(369)	(3.281)
b) Despesas com Tributos		
Impostos	(4)	(18)
COFINS	(78)	(379)
PIS	(13)	(62)
Taxa de Fiscalização	(58)	(45)
Outras Despesas com Tributos	(26)	(21)
	(179)	(525)

c) Resultado Financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	-	332
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	16
Títulos de Renda Fixa	2.744	4.395
Outras Receitas Financeiras	21	5
Receitas Financeiras	2.765	4.748
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas	(4)	(122)
Outras Despesas Financeiras	(153)	(68)
Despesas Financeiras	(157)	(190)
	2.608	4.558

13. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	1.944	1.944	5.523	5.523
Resultado antes dos Impostos	1.944	1.944	5.523	5.523
ADICÕES	64	64	463	57
Adição Permanente	19	19	463	57
Outras Provisões	32	32	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	7	7	-	-
Participações nos Lucros e Resultados	-	-	406	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	6	6	-	-
EXCLUSÕES	-	-	(3.115)	(3.115)
Exclusão Permanente	-	-	(1.364)	(1.364)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	-	-	(81)	(81)
Participações nos Lucros e Resultados	-	-	(1.640)	(1.640)
Outras Provisões	-	-	(30)	(30)
Resultado Ajustado	2.008	2.008	2.872	2.465
15% + 10% + 15% + 5%	15% + 10% + 15% + 5%	15% + 10% + 15% + 5%	15% + 10% + 15% + 5%	15% + 10% + 15% + 5%
Alíquotas Oficiais	10%	15%	10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(478)	(301)	(682)	(493)
Créditos Tributários	3	2	(437)	(349)
Despesas com IRPJ/CSLL	(475)	(299)	(1.119)	(842)
Alíquota Efetiva - Resultado	24,43%	15,38%	20,26%	15,25%
Antes dos Impostos	24,43%	15,38%	20,26%	15,25%
Com o fim da vigência da Lei Nº 13.169 em 31/12/2018, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL passou de 20% para 15% a partir de 01/01/2019.				

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES JUDICIAIS: 14.1. Provisões Judiciais: O valor total em discussão dos processos judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$377 (R\$ 0,00 em 31/12/2018) que é composto principalmente por discussões em que se questiona PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Causas Cíveis		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Estimado	Valor	Valor	Valor		
Probabilidade de Perda	Quantidade	do Risco	Provisionado	Provisionado		
Provável	2	7	7	-		
Possível	23	177	-	-		
Remota	2	9	-	-		
Total	27	193	7	-		

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Saldos em 31 de dezembro de 2018		31/12/2019	
Causas Adicionais	-	-	-	-
Causas baixadas	72	72	-	-
Atualização Monetária	(12)	(12)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7	7	-	-

14.2. Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais: No grupo “Outras Contas as Pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial. Os principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais são decorrentes da discussão sobre PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998: Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014, compostos em 31/12/2019 por R\$ 1 de PIS e R\$ 5 de COFINS (PIS/COFINS R\$ 0 em 31/12/2018).

15. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2019 da Icatu Seguros.

DIRETORIA

Diretores

Luciano Snel Corrêa César Luiz Salazar Saut Alexandre Petrone Vilardi

Contador

Marcos Célio Santos Nogueira

Atuária

CRC RJ 089.351/O-8

Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Vanguardacap Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras

ou com nosso conhecimento obtido, na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente e em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

RELATÓRIO DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade operacional. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado"

utilizado de R\$12.776 (em 31 de dezembro de 2019), anteriormente referidos da Companhia em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Formulários de Informações Periódicas, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 18 de fevereiro de 2020. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45 Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147.